ERASMO VALLADÃO AZEVEDO E NOVAES
FRANÇA é Mestre e Doutor em Direito Comercial pela Universidade de São Paulo.

Lecionou Direito Comercial, Civil e Processual Civil na Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e Direito Comercial na Faculdade de Direito da Universidade Mackenzie.

Conselheiro, ex-diretor cultural e atual assessor da diretoria da AASP - Associação dos Advogados de São Paulo, é advogado militante nesta Capital.

Publicou, anteriormente, por esta Editora, *Conflito de interesses nas assembleias de S.A.*
Capítulo II

ESTRUTURA E FUNÇÃO DAS ASSEMBLÉIAS DAS COMPANHIAS E DE SUAS DELIBERAÇÕES


7. Distinção entre assembleia geral e companhia

Segundo observa Comparendo, "ao contrário do que se pensa nos demais tipos societários, a economia interna da sociedade anónima não é deixada à livre decisão dos seus fundadores ou acionistas. O legislador discriminou poderes-funções considerados fundamentais, atribuindo a órgãos próprios, insuperáveis e incassáveis: o poder-função deliberante à assembleia geral, o poder-função administrativo à diretoria, o poder-função sindicante ao conselho fiscal. A liberdade negocial dos particulares, na organização de uma companhia, é, pois, limitada pelo respeito devida a essa estrutura básica".

A assembleia geral constitui, assim, um dos órgãos da companhia, com competência privativa para deliberar sobre determinadas matérias (cf. art. 122, da Lei n. 6.404/76).
para a instalação da assembleia, e para validade de suas deliberações, a presença de um único sócio, desde que titular de ações suficientes para formação do quórum respectivo, de instalação ou deliberação (arts. 87, 125, 129 e § 1º, 135 e § 2º c/c 97 § 1º, e 136 e § 1º e 29).71

Constitui particularidade da assembleia geral ser ela o único órgã o que não pode ser responsabilizado separadamente, no contrato do que ocorre com os órgãos de administração e fiscalização (cf. arts. 158, 159 e 165 da Lei n. 6.404/76). Vale dizer, pelas deliberações da assembleia:

| 5. Ob. útil. cit., p. 18, destaque nossos. Do mesmo amor, Pontes de Miranda: "por outro lado, embora se reconheça que a assembleia geral é o órgão máximo, é preciso que não se olvide que há a sociedade por si, a entidade social.


| 8. Idem, destaque nossos.

| 9. As considerações que se seguem no texto são baseadas, principalmente, no notável estudo de Menezes, que vimos citado.

| 10. Observ. a propósito, Balduzzi, que, "no seio da organização dos companhia, pode-se ver transfigurado que a assembleia geral, considerada na pers-
bília responde a companhia12 (ou até o actionista controlador, quando atuar de seu poder nas assembleias,13 mas não o órgão assembleiar em si).

A assembleia geral, apesar de ter, na curiosa formulação de Menezes, uma “incarnação imitante”, possui, contudo, existência material efetiva: limita-se ao espaço de tempo no qual os acionistas nela se reúnem, discutindo e deliberando. Fora desses momentos, é um órgão quiescente,14 devendo ser convocada, na forma da lei (arts. 123, 124 e 294, I, da Lei n. 6.404/7615), para poder atuar, salvo na hipótese de assembleia “totalidade”, que dispensa as formalidades previstas em lei para a convocação (art. 124, § 4º). Exaurida que seja, a assembleia retorna ao estado de quiescência, até a próxima convocação e constituição. Tem a assembleia, pois, incontestevelíssima existência jurídica, embora seja privada de existência material permanente.16 Essa existência material coincide apenas com os períodos de seu efetivo funcionamento, excedendo referido órgão, assim, sua atividade simbólica.17

Outra característica da assembleia geral consiste no fato que Menezes denomina de “mutabilidade do substituto pessoal”, ou seja, a mutabilidade de sua composição, dado a ambivalência dos sócios. As assembleias podem ser diversas compostas, caso por caso, sem

13. Aprove Wu, no estudo intitulado “Das insuperabilidade de sociedade ofensiva por decisões maus ou observas de assembleia geral”, in Estudos e Pareceres de Direito Comercial, 2ª série, pp. 303 e ss., propõe, nas hipóteses mencionadas, “a responsabilidade do director que cumprir a deliberação da maioria ou dos acionistas que votarem a favor da decisão ilegal ou irregulare”.
15. De disciplinar a possibilidade de de assembleia geral poder autoconvocar-se. Cavallibaba, citando os opúsculos convencionais de Valverde e Cahm Pericito, estende-se, que, mesmo na falta de previão legal, com possibilidade de ser adalida, dado que, “se é possível ao acionista com 5% do capital social requerer e convocar o conselhe, seria insensível vedar à própria assembleia, que é órgão da companhia, autoconvocar-se” (cf. Comentários à Lei das Sociedades Anônimas, v. 2, p. 546). No mesmo sentido, Sampayo de Lacerda, Comentários à Lei das Sociedades Anônimas, n. 3, p. 545-560.
16. Nessas mesmas linhas, ressalta Litigarelli, com posse, que a assembleia é um órgão “comemorativo de sua constituição, embora permaneça na sua con- formação técnica...” (cf. a parcer “Delibear não deliberar é delibear?”, in Quadris de Direito Societário, p. 89).

necessidade de que a elas compareçam todos os sócios, ou ainda de que compareçam os mesmos sócios em umas e outras, o que ocorre em virtude das sucessivas modificações no quadro social. A composição do conselho, pois, está sujeita a renovar-se, com possibilidade, inclusi-
ve, de vir a tornar-se completamente diversa da original. Tal caracterís-
ticos da assembleia decorre, antes de tudo, de uma exigência prática, facilmente percebível: se se exigiu a presença dos mesmos participantes do conselho original, condenar-se-ia ao órgão a inatividade.18

A assembleia geral, portanto, sobre ter um funcionamento simbóli-
ço, é inexistente na sua estrutura. Rica inexistência, nada obstante, não a priva de identidade, sob o aspecto jurídico. É a assembleia, desse modo, no dizer do ilustre jurista que vimos citando, altera et una: altera porque, na maioria dos casos, não é igual a si mesma, quando à sua composição; uma porque o conjunto dos sócios que, em determinado momento, a compõem, uma vez tendo sido respeitadas as formalidades legais (convocação, quorum de instalação etc.), corresponde à noção jurídica de assembleia, independentemente de quem sejam, em concreto, os seus participantes. Em suma, examinada do lado externo, a assembleia é sempre uma e igual a si mesma, dado que, em sensu técni-
co, é sempre assembleia, ou mesmo de poder apresentar uma composição diversa, com relação aos conselheiros precedentes.19

Do fato de ser órgão interno da companhia, decorre ainda a pecu-
liaridade de a “vida de relações” da assembleia concretizar-se exclusi-
vamente com relações que Menezes denomina de endo-assembleia, ou seja, que não se projetem externamente, persiste terceiros. Na ver-
dade, assente o mestre, “nem um terço é na possibilidade de instaurar algum contato com o conselho, como deve ocorrer com o corpo social, tanto no aspecto jurídico quanto no aspecto económico e, por isso, ao órgão administrativo, o qual é quaisquer daqueles que se sobrem impor todos os seus”.

18. Menezes, ob. cit., pp. 216-217. Sobre a salientada exigência, como justifi-
cação do princípio da representatividade, v. Trincheira, Irábilidade das Deliberações de Sociedades por Atos, p. 15.
19. Idem, pp. 217-218. Inovando essa leitura de Menezes, e salientando a “de-
ferençação outrora mínima entre o órgão (com suas respectivas funções e estatuto) detido de realização jurídica permanente, e os meios de acionistas, que evidenciam um seu funcionamento”, v. Ganso, em comentário ao novo, na RDA 47/03-65.
cordando em que a assembleia seja órgão interno, e que, “em princípio não figura em contato com terceiros”, faz a seguinte ressalva: “Todavia, seria de repente-se a opinião que vedava à assembleia geral qualquer função direta com o público e qual-
quer intervenção administrativa. Por exemplo: se estão vagos todos os cargos de
Mesmo os sócios, segundo o grande jurista, só têm relações com a assembléia no momento em que ela está reunida, exercendo-se quando a mesma se dissolver; posteriormente, tais relações poderão continuar com os administradores, enquanto executarem das deliberações tomadas no conclave.21

O mesmo se diga das relações entre a assembléia e os administradores ou os conselheiros fiscais, somente durante a reunião estas poderão entrar em relações com o órgão assembléia,22 cada um submetendo os próprios, os que, precisamente, têm o poder de convocá-los (art. 123 da Lei n. 6.404/76), sendo, ademais, os participantes de suas deliberações.

A atividade da assembléia, como é dito, se desenvolve durante as reuniões dos acionistas, nas quais ocorrem debates e podem ser tomadas deliberações.23 Nas deliberações se manifesta a vontade dos votantes, que se identifica, observados o quorum e forma legal, com a vontade social.24

Delinear-se no curso das assembléias, outrora, as entidades conhecidas como maioria e minoria,25 podendo configurar-se, ainda, diretoria, ou se só restar um diretor, e tal unidade em um só caso (Comissão Vivente, Treaty of War of Commerce, II, 193 ed., 216; Vittorio Salandra, Manuale di Diritto Commerciale, I, 125; Giuseppe Valeri, Manuale di Diritto Commerciale, I, 2ª ed., 143)26

Mas, na hipótese de haverem vagos todos os cargos administrativos, o § 2º, do art. 159, da Lei n. 6.404/76, determina que o "o representante do maior número de ações" proíbe, a realização da assembléia, ao estarem vigentes do administrador da companhia. Sobre os prazos legais estabelecidos por esta norma, v. Tenze e Queiróz, ob. cit., 2ª, vol., p. 464. V. entretanto, o item 13 infra.

22. Idem.
23. "Deliberação" é aqui tomada, pois, ao sentido forte de decisão, de resolução, tal como costa da art. 129, caput, da Lei n. 6.404. Tal reversão da vez não é a melhor que se faz necessária, pois deliberação também tem o significado de discussão, de debate (cf. entre outros, Novo Dicionário de Língua Portuguesa, 3ª ed., 1899; e de 1915, 1973: "1. Ação de delibear; discussão para se estudar ou resolver um assunto, ou tomar uma decisão: o conselho está em deliberação. 2. Exame interior; reflexão, meditação, consideração"). Se, resolução, decisão, tomar uma deliberação. 4. Capacidade de resolver, decidir, delibear; decisão, resolução; [Goodman tudo por ele] não têm deliberação.
24. "Domínio Schelin, Le Droits de la Majorité dans la Société Anonyme, p. 76, nota 2, salienta a mesma ambiguidade de sentido da palavra "deliberação" em francês, reforçando-a em sua obra, no entanto, com o significado oposto, "de discussão praticável à reunião".
26. Sobre o conceito de maioria, por todos, Fulgirri, Regime Jurídico da Proteção de Minorias nos S/A, ao 2 a 6, ss. 33-41. Após analisar as diversas opiniões, pela "permanência", um dos requisitos para a caracterização do acionista controlador.27

Para finalizar, resta chamar a atenção para a diferença e para a semelhança entre a assembléia de constituição da companhia (quando está em constituição por assembléia, cf. arts. 86 e 87, da Lei n. 6.404/76) e também denominada de assembléia dos acionistas – e as demais assembléias, realizadas durante a vida da companhia, tal como a do Pronto de Mirandó: A "assembléia geral, após o ato constitutivo, é a assembléia geral de acionistas. O que mudou foi a situação dos membros da assembléia geral: antes apenas haviam acionistas, agora, são acionistas. Ela – a assembléia geral – é, conceitualmente, a mesma, o mesmo órgão, que era órgão de nascença e agora órgão de entidade nascida."28

9. Espécies de assembléias

As assembleias gerais se dividem, praticamente em todas as legislações, em assembleias ordinárias e assembleias extraordinárias. A diferenciação entre essas assembleias é feita, ora racione materiae, ora racione temporis.29

a) As assembleias ordinárias são realizadas, periodicamente, em todas as legislações, assembleias extraordinárias. A diferença entre essas assembleias é feita, ora racione materiae, ora racione temporis.29
Segundo Carvalhosa, o regime distintivo adotado pela Lei n. 6.404/76, no tocante às mencionadas espécies, dá-se em razão da matéria e não em função da época em que se realizam. A assembleia será ordinária quando tiver por objeto as matérias previstas no art. 132 e extraordinária nos demais casos.29

Aristide, existem, entretanto, assembleias especiais de acionistas, que são convocadas para deliberar sobre questões que afetam direitos de determinadas classes ou espécies de ações (arts. 16, parágrafo único, 18, parágrafo único, e 136, I, II e §§, da Lei n. 6.404). As assembleias especiais, portanto, são restritas aos acionistas titulares das mencionadas ações, objetivando a proteção dos direitos que lhes são inerentes, previsões do estatuto, e cuja reforma, proposta na assembleia geral dos acionistas, pode ser feita.

Finalmente, há ainda as assembleias de não-acionistas, compostas por pessoas que tem interesses patrimoniais na companhia, não representados por ações, como os titulares de debêntures e de partes be

A todas essas assembleias se aplicam, muitas vezes, os mesmos princípios e formalidades das assembleias gerais de acionistas (arts. 86, 87, 134 §§ 15, 19 e §§ 19 e 20, e 71 §§ 29, da Lei n. 6.404).

10. FUNÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL E DE SUAS DELIBERAÇÕES

A assembleia geral, consigüente ao ressalvar no início do item 10 deste capítulo, é o órgão da companhia ao qual a lei atribui o poder-função deliberante: "A assembleia geral, convocada de acordo com a lei e o estatuto, tem poderes para decidir todos os negócios relativos ao objeto da companhia e tomar as resoluções que julgue convenientes à sua defesa e desenvolvimento", diz o art. 121 da Lei n. 6.404/76.

De outra parte, o exercício do poder-função está sujeito a um determinado procedimento, minuciosamente regulado pela lei, consistente na prévia convocação da assembleia, com indicação da ordem do dia a ser discutida, e no cumprimento de uma série de formalidades durante o conselho (cf., basicamente, arts. 85, 87, e 123 a 136, da Lei n. 6.404/76).

Tal procedimento, denomeudo na doutrina italiana de método assemblear, destina-se a possibilidade a contraditório, funcionando, assim, como uma forma de proteção à minoria, conforme ressalta Galganeo: "O método assemblear opera como sistema de proteção dos direitos da minoria, estrito per sempre volúntia della maggioranza, viscolante anche per la minoranza. O método assembleare è condizione di validità della deliberazione: le deliberazioni della maggioranza volsano, a norma dell'art. 2377, comma 1, i soci asenti o disentieristi solo se "prima in conformità della legge e dell'atto costitutivo"; sì colloca fra le norme che regolano il procedimento assembleare di formazione delle deliberazioni".30


Não se há de esquecer que, mesmo os acionistas sem direito de voto, é merecedores de prerrogativa de participar dos debates, segundo dispõe o parágrafo único, do art. 125, da Lei n. 6.404/76, o que acarreta ainda mais a importância que a lei reserva ao "contraditório assemblear".

Nossa lei condiciona, também, a validade das deliberações à regulat
convocação e instalação da assembleia, bem como à observância das
disposições legais e estatutárias (arts. 121 e 286 da Lei n. 6.404/76).
A idéia fundamental de procedimentos, como condição de validade
das deliberações coletivas, é igualmente enfatizada por Bulhões Pedre-
rr, co-autor do anteprojeto que se transformou na Lei n. 6.404: “O pro-
cesso de deliberação coletiva pressupõe – por natureza – um grupo de
pessoas e um procedimento que organize em ato coletivo os atos de
vontade dessas pessoas. O efeito desse procedimento é a formação
da vontade social do grupo – expressão que não significa vontade de um
ser subjetivo distinto dos membros do grupo social, mas conjunto or-
ganizado de atos de vontade dos membros do grupo. O que distingue
o agregado de atos individuais de vontade da deliberação coletiva é que
os atos individuais são organizados por efeito do procedimento de
formação da vontade social”.34
...A seguir, Bulhões Pedruínamexemplo altamente expressivo da
necessidade de um procedimento para regular a formação da delibera-
ção coletiva: “Assim, por exemplo, se um pesquisador de opiniões pere-
grina a todos os sócios de sociedade que deva ser a decisão social sobre
determinada questão, o conjunto das respostas que recebe é um agra-
gado de atos individuais, não uma deliberação coletiva: ainda que to-
dos se manifestem no mesmo sentido, essas manifestações não expres-
sam a vontade social – não são imputáveis ao grupo, como um todo.
Para que exista idelação social é necessário que os sócios se mani-
feste sobre propostas de que depende a qualidade de membros do gru-
po e com o fim de definir a vontade social, o que pressupõe um proce-
dimento que organize seus atos. Esse procedimento precisa compreens-
dar o menos: (a) a comunicação a todos os sócios da instalação do
processo de deliberação e da proposta a ser votada; (b) a manifestação
dos sócios sobre a proposta e o fim de formar a vontade social; e (c)
a coleta de votos e proclamação da deliberação social”.35

34. Cf. parecer intitulado “Deliberação de sócios queintensse de transformar
Ltda. em S.A.”, in A Lei dos S.A., p. 556; destaque nossos. Lembrei també
o fato de ser uma deliberação um “ato cumplesco ou procedimental”, no parecer “VI-
ções”, in Estudos..., cit., p. 164.
35. Idem, destaque nossos. Caravallas salientes, igualmente, que a assem-
bliéa geral não é uma “sera consulta aos acionistas, como ocorre com o voto por
correspondência”, mas “o instrumento eficaz que tem o acionista de com
sua opinião com os demais... Diferentemente, pertinente, do voto por consulta, que
ical os acionistas, a deliberação na assembleia geral se reca para formar a vont
de coletiva” (cf. Comentários..., cit., v. 3, p. 599).
A assembleia geral, portanto, tem preciso um fundo deliberativo, mas esta deve ser exercida mediante procedimento que assegure em possibilidade de contraditório, ou seja, da participação de todos os acionistas na reunião e no debate sobre os temas subentendidos à deliberação. Somente assim, esta poderá vir a constituir expressão da assim chamada “vontade social”.

Urge salientar, por derradeiro, que, por meio das deliberações, a assembleia geral faz integrar ou modificar o contrato de sociedade, como consoante esclarece, superiormente, Trimarchi: “Quale sia lo scopo sociale, e come occorrà agire per realizzarlo, viene stabilito dai soci. Conclui finanzasi tutto con il negozio costitutivo della società, che vincola i soggetti fra i quali si è stato stipulato e coloro che, più tardi, si sono avvissi all'accordo di azioni, vi aderiscono. Ma la società è destinata a durare nel tempo, e la sua azione si deve adeguare alle circostanze variabili del mercato e della tecnica: è impossibile per i soci destare fin dall'inizio le norme specifiche che regolano l'attività sociale. Pertanto, l'atto costitutivo non può esaurire la disciplina sociale, ma si limita a delineare alcune norme generali che costituiscano i principi direttivi.”

Carvalhosa lesouma, a propósito, “que a intervenção da minoria no convívio, ao nível de representar contestação ao princípio majoritário, completa-o e legitima-o.”

Il fessa láida, tardiado, a opinião de Dominique Schmid, ao examinar os dispositivos da Lei de Sociedades Comerciais Francesas que sanccionam as irregularidades que impede a realização da participação de todos os acionistas na assembleia: “C’est à dire, sans équivoque, qu’il n’y a pas d’assemblées des actionnaires sans intervention de la minorité, de même qu’il n’y a pas de pouvoir qualifiant sans la concurrence de l’action minoritaire. L’intervention minoritaire joue en effet à la délégation ses deux pleins et des confins d’opinions entre actionnaires, et l’on ne saurait limiter ou brider la minorité dans l’exercice de ses droits sans affaiblir la volonté sociale dans la même mesure” (ob. cit., p. 121).

39. Carvalhosa acrescenta, ademais, a função de “verificação da legitimidade dos órgãos de administração social” (Comentários..., cit., v. 2, p. 515). No art. 122, inciso III, da Lei n. 6.404/76, com efeito, determina, por exemplo, competir privativamente à assembleia geral, o poder de “votar, salientemente, as contas dos administradores”.


41. Pode, também, obviamente, dissuadir-se, os termos do inciso VIII, do art. 122, da Lei n. 6.404/76. Sobre os limites deste poder, de lega lata e de lega ferenda, v. as pertinientes considerações de Marco Pimenta em Dissolução e liquidação de Sociedades, ns. 69 e 70, pp. 169-178.

42. Ob. cit., pp. 16-15, destaque nossos. Para Trimarchi, a ausência das deliberações é, justamente, “a atualização do contrato de sociedade” (p. 55). Também Galgano clasifica as deliberações assembleares como atos unilaterais situados de preexistentes relações entre as partes, ou modificatórios dessas relações (Il Regolamento..., cit., pp. 186-191). Outra obra, Calogero já observa, a propriedade das relações entre os órgãos da sociedade social, que “‘il rapporto sul quale questi organi si pongono rispetto al contratto di società per azioni può essere definito dallo ‘stato’ di una sussa un contratto in generale” (art. 1339): esso sono gli ‘oggetti consueti per l’attuazione del contratto’.” (La società per azioni, p. 191, destaque nossos).

43. Compare, “‘Elenço de direitos...” em Direito Empresarial cit., p. 184, nota 2, invocando os ensinamentos de Karl Lemez e Dieter Schuh.

44. Tratado..., cit., t. I, § 90, n. 3, p. 384; o primeiro destaque é nosso. Maior em outro volume, Pontes de Miranda precisa que “o ato criativo, constitutivo (De...
A assembleia geral, portanto, tem perpétua função deliberante, mas essa deve ser exercida mediante procedimento que assegure a possibilidade do contraditório, ou seja, da participação de todos os acionistas na reunião e no debate sobre as matérias submetidas à deliberação. Somente assim, esse poderá vir a constituir expressão da assim chamada "voz clara social". Para dizer, haverá distinção do órgão.

Uma salientar, por derradeiro, que, por meio das deliberações, a assembleia geral faz integrar ou modificar o contrato de sociedade, como consoante esclarece, superintendente, Tramarchi: "Quais são os laços sociais, e como ocorra agire de realizar, foi instaurado. Como? Imputou tudo com o negócio constitutivo da sociedade, que vincula os sujeitos finis e quais são o estatuto e colóquo das, pois, mais tarde, através do acórdão de ações, se alicerçam. Mas a sociedade está destinada a durar no tempo, e, a sua ação si deve adequar às circunstâncias serem variáveis do mercado e da técnica: é impossível para os sócios de retirar da cláusula específica que regula as atividades sociais. Porém, o acórdão constitutivo não pode exaurir os direitos de fiscalização do capital, mas si limita a delinear algumas normas gerais que constituem os princípios direttivi

Cavestrihos, sempre, é propósito, que "a intervenção da minoria no concelho, ao texto de representar contrato na pessoa majoritário, completa-se o o legisla-
mê" (Constituição, cit., v. 2, p. 513).

É essa linha, também, a opinião de Dominique Schuwey, ao examinar o disposto da LEI de Sociedades Comerciais, que consenções as irregularidades que impede a regular participação de todos os acionistas na assembleia:

"C'est idiot, sans équivoque, qu'il n'y a pas d'assemblées des acteurs sociétaires sans intervention de la majorité, de même qu'il n'y a pas de pouvoir majoritaire sans la concurrence de l'action minoritaire. L'intervention minoritaire dure en effet à la délibération son zéro point et, face à face à définition d'opinio entre actionnaires, et l'on ne saurait limiter ou brider la minorité dans l'exercice de ses droits sans affriner la voix sociale dans la ménage" (obs., cit., p. 121).

39. Cavestrihosacrecenta, aliás dessa, a função de "verificação da legalidade dos órgãos de administração social" (Constituição, cit., v. 2, p. 511). O art. 122, inciso III, da LEI n. 6.404/76, com efeito, determina, por exemplo, acompanhar provisoriamente a assembleia, ou seja, "constitui-se o direito ao acórdão, ao texto do inciso VII, do art. 122, da LEI n. 6.404/76. Sobre os limites dessa poder, de fato é de digita posterior, eu perceberia considerações de Mauro Pontes de Zolli e Lírida de Sociidade, nos 69 e 70, pp. 169-172.

11. A deliberação como ato colegiado

A doutrina tem-se inclinado no sentido de caracterizar as deliberações de assembleias como atos colegiados (mais propriamente, na hipótese das companhias, atos colegiados, como se pretende a um pequeno adianto, justamente para diferenciá-los dos contratos, "era que as partes so mente se vinculam nos termos de suas respectivas declarações". É que, como se viu, as deliberações vinculam todos os membros, ainda que dissidentes ou ausentes.

Outra, por exemplo, o magistério de Pontes de Miranda: "A deliberação da assembleia é ato colegiado, criativo, ou autorizatório, ou aprovativo (inclusive ratificativo). Não se trata de contrato: falta-lhe o consentimento de todos os figurantes (membros presentes), ou, pelo menos, tal consentimento é acidental; há troca de manifestações de vontade, há convergência de, pelo menos, maioria delta; os votos promotedes (ignorar como votar os outros); não importa se alguns membros não comparecem, ou se ausentam antes da votação, ou votam em branco, ou deixam, por sua vontade, de votar. Trata-se de ato colegiato (Grazioli), a despeito dos argumentos de A. von Thaer (Der Allgemeine
Teil, I, 515), que parte de conceito, só exterior, de ato colegiado. Repare-se o concepção da deliberação contratual a doutrina quasi unânime". 44

42. Ob. cit., pp. 14-15, destaque nossos. Para Tramarchi, a causa as deliberações é, justamente, "a situação do contrato de sociedade" (p. 50). Também Gal gano classifica as deliberações assembleias como atos sujeitos à atuação de princípios de procedimento, revise a intervenção entre as partes, ou modificação dessas relações (f. Negrini, cit., pp. 198-199). Em outra obra, Galgano já observava, pois a propriedade das relações entre os órgãos da sociedade anônima, que "o dialogo entre os que governam a sociedade (e a sociedade por si) pode determinar a solução de uma unidade de contratos do interesse geral" (art. 1332) (Ob. cit., p. 197).

43. Comparado, "dissidio direito", in Direito Empresarial, cit., p. 184, note 2, lêvando os ensinamentos de Karl Larew e Dolet Schaub.

44. Tramarchi, cit., 1, 1, 90, n. 3, p. 384; o primeiro destaque é nosso. Mas, em outro volume, Pontes de Miranda precisa que "o acórdão criativo, constitutivo (De-
Diversamente dos contrastos, ainda, portanto, as deliberações de assembleia se formam por manifestações de vontade convergentes. Nas assembleias das companhias, essas manifestações de vontade se fundem em ato de uma só pessoa (a pessoa jurídica). Daí porque, conforme anota Cusumano, a doutrina italiana prefece conceber as deliberações das assembleias como atos colegiados, a fim de distingu-la dos atos coletivos, uma vez que, nesses últimos, "as várias manifestações de vontade não se fundem em ato de uma só pessoa (jurídica, bem se vê), como ocorre nas deliberações de assembleias de condamínios".45-46

Mas é interessante examinar a crítica de Galgano a esta concepção. Segundo o eminente mestre, esse modo de conceber a deliberação como ato unilateral atribuível à pessoa jurídica, como se fosse "la distinzione tra atto unilaterale e atto collettivo" (art. 627, n. 126), é necessariamente, según el jurista pluriáultral, salvo se foi lei que criou a sociedade por atos" (cf. ob. cit., t. 309., 5232, n. 2, p. 279, deste escrito). No é assim que ocorre em outros casos em que se delibera sobre negócios jurídicos plurialtres, segundo Posseê de Mira:

45. Cf. Da imprescrivibilità...", in Nova Lettura..., cit., p. 216, destaques nossos.

46. Il è vero noto sentire che se manifesta, per esempio, il grande civiltà Santoro-Passarelli, nel nóluno Dottrine Generali del Diritto Civile, pp. 211-212.

Santoro-Passarelli, além de diferenciar os atos coletivos dos atos colegiados, distingue-os, ainda, dos atos complexos. Para o eminento jurista italiano, o (1) ato colegiado ocorre quando as declarações expressam vontades distintas, posto a serviço de técnicas, mas distintas, interesses de vários negócios, como nas assembleias de condamínios; o (2) ato complexo ocorre quando as declarações expressam vontades distintas, mas pauta a serviço de um dos agentes ou de terceiros, por quem a agência espera que a declaração; o ato complexo pode ser igual ou diverso, confidencial, respectivamente, as declarações são equivalentes, ou seja, sua principal e a outra segundo: exemplo do ato complexo igual ter-se-ia que resultar das declarações dos sócios aos quais compete a administração ou representação de uma sociedade simples (arts. 2.258 e 2.266, do Código Civil Italiano); exemplo do ato complexo diverso ter-se-ia que consistir pelas declarações de uma pessoa relativamente incapaz e de seu curador (arts. 394 e 424 do CCL); finalmente, o (3) ato colegiado ocorre quando as declarações concorrem para a formação de uma declaração de vontade imprescindível a um negócio distinto dos agentes e para a tutela de um interesse daquele negócio, como nas deliberações dos órgãos colegiados de uma pessoa jurídica (companhias, fundações, senescalos, etc.).

V. V. S. sobre esse distinção, Azzarelli, "O contrato plurialtäre", in Problema... cit., pp. 278-280, especialmente nota 12.

Carrilho também atribui a deliberações de assembleia o caráter de ato colegiado (cf. Consolatoria... cit., v. 2, pp. 515 e 623).

chiarizzazione solitaria de um solo soggetto", encontra-se razão última na exigência de justificar o princípio majoritário e de neutralizar a existência de votos dissidentes: "la teoria dell'atto collegiale risolve la funzione di ricondurre questo principio, siccome contrastante con il sistema del diritto privato, retto dall'autonomia del singolo, al principio di unanimità, assumendo come coesistenza a tale sistema, assolve anche, oltre all'ambito del diritto privato, la funzione di neutralizzare, sotto la formula della 'volontà collettiva' ou 'unilateral' do colegiado, a existência de voto de dissensão. No método colegiado se atua cale as funções de atuar uma integração e influência recíproca das vontades individuais, de privar de rizens, aumentando os deliberações individuais e, por isso, eliminar a 'eterogeneidade de conteúdo de algum de暨': isso inseriria a mesma esfera da coerência no processo formativo da deliberação, fazendo da vontade da maioria a direção indiscutível dos diversos voto.47,48"

Tal modo de raciocinar, segundo Galgano, tem suas raízes nas con-notações medievais, embelezadas em ocular os votos dissidentes nas eleições papais;49 mas contra isso se rebelou a cultura jurídica moderna: quando se confere que a deliberação de assembleia expressa a "vontade social", diz eles, invocando a teoria de Fornara (senhor) e Cianett, não se exprime "nulla de più di una metafora, di un'immagine del parlai-ante figurato", porque "la volontà é sempre de uomini, e non ottenuti umen consapevole", pois "nulla e discutibile e decidemoci i soci, e "nou c'è posto per una mistic volontà diversa".50 Nem mesmos dispa-ssio, aliás, TRIMARCHI já entendeu que "a sociedade fiuta persona, dotata di volontà", constitui um tipo exemplo de "mitologia jurídico-

Conclui Galgano, pois, que a deliberação não representa a vontá-de da sociedade, ou da assembleia, mas sim a vontade da maioria: "alla volontà espressa dalla maggioranza, o non ad una pretesa 'volontà collet-
ativa' de casa diversa, va imputato l'effetto giuridico prodotto dalla
porque a pessoa jurídica não tem vontade, mas só o ser humano, é ine


gável, por outro lado, que a deliberação (da assembleia, ou da maioria, como quer Galgano) é imputável à sociedade, ou seja, a um outro su

jeto de direito que não os sócios que votaram. E tanto isso é verdade que, como já se observou, pelas deliberações responde a companhia — ela é a representada para eventual eulogio de delações das deliberações, e não a assembleia ou a maioria. É a própria lei, portanto, que impõe a sociedade as deliberações tomadas pela maioria na assembleia, as quais vinculam todos os societários, mesmo que dissidentes ou ausentes (art. 2.777 do Código Civil Italiano, art. 129 da Lei n. 6.404/76).

Nessa linha de raciocínio, é também difícil aceitar a tese de que o voto seja apenas quantitativamente diverso da deliberação, pois o voto, em si, não é imputável à sociedade, mas ao acionista (e ver, em nosso direito, o § 3º, do art. 115, da Lei n. 6.404/76).

A teoria do ato colegial resistiu, assim, no que ela tem de substanti

al, às objeções de Galgano e outros, muito embora sejam essas parcial

mente válidas, sobretudo quando chamam atenção para o ilusorio das concepções antropométricas e das ideologias que lhes estilizem por trás.

54. Ainda que se sustente, como faz Arnoldo Wöhl, na obra mais acima citada, de que a companhia seria, em sede de responsabilidade civil, irresponsável pelas deliberações malsas ou abusivas da assembleia geral, não pode restar dúvida, no entanto, sobre a legitimidade passiva da companhia para atuar sobre deliberações (cf., por todos, Fuentes de Miranda, Transl. cit., c. 50, § 5.315, n. 3, p. 256, onde se le: “As ações de nulidade ou de amídia de deliberações da assembleia geral são dirigidas contra a sociedade por acção”, acrescentando, logo a se

guir, com base em julgado do Supremo Tribunal Federal, que “não se há de demandar a Diretoria, mas se os sócios aprimorada pela assembleia geral foram atraídos da Diretoria”).

55. Mas, sobre as relações entre teoria e ideologia, leiam-se as seguintes e memoráveis observações do sábio Norberto Bobbio (no caso, falando sobre a concepção pluralista do ordenamento jurídico, de Dottori Rovana): “Em que se perda, depois de adentrarmo-nos no meio da teoria, que as ideologias, assim como a ideologia, são e devem ser formas de pensamento, formas de expressão, formas de compreensão, formas de função, e que essa função pode, desde esse ponto de vista, ser a de definir, sublinhar, realçar, transformar as condições sociais. São formas de pensamento, forma de expressão, forma de compreensão.

De quando em quando, claro, surge um novo Refugio... cit., p. 22-28. Anote-se, também, com Lewis, que o interesse é uma relação de feito, e, não podendo haver relações de feito entre uma pessoa jurídica e uma coisa ou uma pessoa física, seguir-se que a pessoa jurídica não pode ser titular de interesse, mas somente de direitos ou de atuações evidentemente jurídicas (L'interesse Sociale, p. 119).
12. A deliberação de assembleia na classificação dos atos jurídicos

Verificamos que as deliberações de assembleia se caracterizam como atos colegiais.

Mas, na classificação tradicional dos atos jurídicos, como pode- riam ser eles enquadrados: atos jurídicos stricto sensu, negócios jurídicos ou, ainda, atos de hierarquia?

Num episódio da progressiva liberação dos indivíduos e dos grupos da opressão do velho, quando um 'ideologia revolucionária' se vê interpretada como um episódio da desigualdade e da fascinante história do estado e quando se torna o produtor de uma iminente e inerente assimetria. Dito de forma social, um direito-passivo resulta tanto um cínico quanto um desinteresse Pseudo-

Num, como direito, a concepção monista se percebe nascentes tanto um Hegel quanto um Marx. Porém, um 'ideologia revolucionária' pode vir de uma base econômica, derivando que por supor- gare a sociedade existente e fazer previsões favoráveis à 'sentimento' que um novo ordem permane de consideração política (luka ou democracia) (cfr. cfr. ensaio denunciado "Teoria e ideologia na obra de San Rembruns", in "Decreti e Anu- no, pp. 156-177, destaque nosso).

56. Sobre a classificação dos atos jurídicos, v. Ambrosio Jenin da Areaze-
des, Negócio Jurídico e Declaração Nonga, capítulos I e IV, p. 31-40. Como advogado e próprio autor, todavia, não há consenso entre os deputados acerca dessa classificação.

V. idem, Pautas de Mistura, Tratado., cit., torno 2 e 3, Galgano, Ita ne-
cino., cit., pp. 2-9, e contrats, com interessantes considerações sobre a lideanida na análise e classificação dos atos jurídicos, Sainte-Romanus, "Atto e nego-
giuridico", in "Dizionario Giuridico", pp. 3-12.

57. A razão de ser da divisão dos atos jurídicos em atos jurídico em sentido stricto e negócios jurídicos está em que, aos primitivos, a vontade de agente é inde- fere para a produção dos efeitos jurídicos previstos no ordenamento, enquanto que nos seguidos os efeitos se produz por condutas que enriquecem ou diminuem os últimos, sempre, uma declaração de vontade. Assim, por exemplo, a estatuto-

Gra de residência, com fini definitivo, constitui o domínio independentemen-
de à vontade do agente (sou poder, tod, ter questão, por conseguinte, tal efeito jurídico, mas esse vontade é livremente para o ordenamento jurídico). Da mesma forma, de poucos adere a propriedade de príncipe, pois exclusive azul material de pouca, independente de entender esse efeito jurídico. Já na hipótese de um contrato, o efeito jurídico seguinte se produz e justamente por isso se produ-

Dec. cit., p. 25)."}

Jenin da Areazed, porém, entende que o negócio jurídico é, antes de mais nada, um fato social, negrito ou ser um conceito uma construção técnica. "Nóia é corrente", diz ele. "A opinião (que exemplo, de Blasso Busacchi, p. 148) que a ato de negócio jurídico é que a coisa de negócio jurídico é o contrato (ver título do livro) nos vários tipos de negócio jurídico; para se chegar aos tipos, é porque já se tem o conhecido" (cit. cit., p. 3 e nota 1).

58. Em classificação de Jenin da Areazed, além dos atos jurídicos stricto sensu, há os atos jurídicos propriamente ditos que são tomados, como declara-

dação de vontade, os quais se dividem em negócios jurídicos e atos de hierarquia, segundo se destinam, respectivamente, a produzir efeitos jurídicos em nível de igualdade ou de hierarquia.
do estrito e o negócio jurídico; e (b) o negócio jurídico e os atos de hierarquia, conforme salientado por Anísio Junqueira de Azevedo.

No tocante a (a), diz o ilustre civilista: "Os atos jurídicos em sentido estrito, muitas vezes, têm problemas comuns com os negócios jurídicos; isto ocorre, frequentemente, sobre incapacidade do agente (por exemplo: o adquirente da pousada precisa ser plenamente capaz? Cf. parágrafo único do art. 493 do Código Civil) e sobre representação (por exemplo: tem o procurador poderes para tomar ciência em nome do representado?)39). Esses e outros problemas não são, porém, solucionados da mesma maneira nos negócios e nos atos jurídicos em sentido estrito;39) nem sequer, aliás, nos diversos casos de atos jurídicos em sentido estrito. Está claro, porém, que o caso de ato jurídico em sentido estrito mais próximo do ato jurídico é justamente aquele cujo suporte fático é uma declaração.40) A seguir, exemplifica o mestre com as situações avistadas no Código Civil Português e no nosso Projeto de Código Civil: "... art. 2992 do Código Civil Português: 'Aos atos jurídicos que não sejam negócios jurídicos são aplicáveis, na medida em que a analogia das situações o justifique, as disposições do capítulo precedente';41) e art. 185, do Projeto de Código Civil (Projeto n. 634-R/75): 'Aos atos jurídicos fictos, que não sejam negócios jurídicos, aplicam-se, no que couber, as disposições do Título anterior.'41) Ne tocante a (b), esclarece Junqueira de Azevedo: "Os atos jurídicos de hierarquia apresentam questões semelhantes aos negócios jurídicos. Ambos, espécies do gênero 'ato jurídico', apresentam problemas de interpretação (dois declarações de vontade, de regularidade (quanto à formação, estrutura e fim da declaração) e de eficácia. Divergem no modo como procuram resolver essas questões: assim, por tro lá, há atos de hierarquia no direito privado e este tipo de ato tem sido, infelizmente, muito menos conhecido pelos civilistas, que o negócio jurídico, pelos autores de direito público. São atos de exercício do poder representativo, como o poder de representação do empresário (cf. Magneto, pág. 1003) (ob. ult. cit., p. 39, continuação da nota 15, o primeiro destaque é nosso).

61) Seu deverei ser reaproveitado.

61) Em outros passagens, Junqueira de Azevedo lembra que "... aos atos jurídicos em sentido estrito, não se aplica, em princípio, a idéia de validade ou nulidade" (ob. ult. cit., p. 34, continuação da nota 5).

62) Galgano ressalta, por sua vez, que, de acordo com o Código Civil Italiano, para validade de alguns atos jurídicos em sentido estrito não se requer nem a capacidade do agente: "é deliberação que em essência deve resultar com base imposta incapazes" (art. 1.191 do CCl) (cf. ob. ult. cit., pp. 2-3).


que os atos jurídicos de hierarquia pressupõem juridicamente desigualdade, os institutos relâmpagos à formação da declaração negocial, como a exação, a lesão qualificada e até mesmo o ato e o dano, por exemplo, nestes são concebidos diferentemente, sendo substituídos, em grande parte, pelo princípio da legalidade". Acescenta, a seguir, em nota ao pé da página: "Entendemos-nos a posição de igualdade entre declaran te e declaratório inteiro, por definição, nos atos de hierarquia. Segue-se daí que a garantia de justiça nesses atos de hierarquia não pode ser dada por instituto cuja principal finalidade, no negócio jurídico, é, justamente, evitar os conséquios da desigualdade real entre os partes (...). A garantia de justiça nos atos de hierarquia, normativos, assim pode ser dada pela exigência de que o comportamento da autoridade se faça em obediência ao princípio da legalidade."42)

Dante dessa classificação dos atos jurídicos, pois, é de se perguntar se as deliberações de assembleia poderiam ser enquadradas unilateramente, ou não.

A questão Pontes de Miranda responde negativamente, reple nindo, de forma inequívoca, "qualquer classificação global dos atos da assembleia geral como se fossem de igual natureza", como pretendentes, por exemplo, v. YouTube. Segundo o notável jurista, há de se verificar cada deliberação, com o olho de proceder ao seu correto enquadramento.43) O "ato criativo, constituutivo (Decreto-lei n. 2.627, arts. 446 e 455)" , por exemplo, diz ele, "é, necessariamente, negócio jurídico plurilateral, salvo se foi lei que criou a sociedade por ações".44)
A assembleia geral dos associados, que nomeia os peritos para avaliação dos bens, bem como aquela que aprova ou desaprova o laudo apresentado (art. 19 da Lei n. 6.404/76), pratica ato jurídico "stricto sensu", manifestação de vontade não-negocial.

A nomeação dos administradores e de conselheiros fiscais constitui manifestação de vontade cuja definitividade depende da aceitação dos eleitos, razão pela qual tem um caráter negocial.69

A deliberação de aprovação ou desaprovação do balanço é declaração de conhecimento, é, pois, ato jurídico em sentido estrito.89

quintamente constituída a sociedade: a sua função é, por isso, antes de mais nada, declarativa" (cf. “O contrato...”, in Problemas..., cit., p. 288, nota 56, in finem, e 289).

67. Os negócios jurídicos, como se sabe, podem também ser classificados, segundo o número das partes, em unilaterais, bilateral ou plurilaterais. Deste-constituir adverza que, mesmo havendo, num caso concreto — por exemplo, num contrato de sociedade —, apenas duas partes (ou até três), cf. art. 206, I, “d”, da Lei n. 6.404/76, nem por isso o contrato debtor de ser plurilateral, para o que é necessária esta a possibilidade de participação de mais de duas partes, cf. Ancellotti, “O contrato...”, in Problemas..., cit., p. 284.

Sobre o conceito de parte, cf. as seguintes considerações de Campos, no artigo referido intitulado “Note sobre o que alegação nos negócios jurídicos”, in Jurisprudência e Problemas de Direito Empresarial, p. 514: “Pode num negócio jurídico o, pela quem se apresenta como tal, quem manifesta uma vontade jurídica própria (parte com sensato formal), tendo no mesmo tempo, na generalidade das hipóteses, o titular do interesse (parte com senado substantivo). Não são significativos, porém, que o conceito de parte se confunda com o de posse ou defeito de direito. Na venda ou hipoteca de um imóvel por um consórcio, por exemplo, cada contribuinte manifesta a sua vontade em função do interesse individual, mas o conjunto dos consórcio constitui uma só parte ou pólo de interesses, e a compra e venda seja hipoteca assim diz, por ter, mesmo, de ser um contrato bilateral. Ademais, tem toda parte é pessoa, como nas hipóteses de negócios jurídicos realizados no interesse de um espólio, ou de outra finalidade (destaque nosso).

68. Pedro Fernando Campos Salles de Toledo afirma que a nomeação do administrador "se torna eficaz pela aceitação de nomeado", esclarecendo, porém, em nota de rodapé, que essa aceitação é “recepção de eficácia” e não “elemento constitutivo do ato” (cf. O Conselho de Administração na Sociedade Anônima, p. 44 e nota 73).

Para Romano-Pazini, a deliberação de nomeação dos administradores e conselheiros fiscais, seria, exatamente por essa razão, exemplo de deliberação recepção (ob. cit., p. 81).


Estrutura e função das assembleias

A deliberação sobre criação e emissão de debêntures é elemento negocial, porque as obrigações ao portador resultam de manifestação unilateral de vontade (negócio jurídico unilateral).

A suspensão do exercício dos direitos dos acionistas consiste em aplicação de penalidade, “ato jurídico stricto sensu”, de modo que tem o negociação jurídico” (cf. art. 120 da Lei n. 6.404/76).

A alteração ou reforma dos estatutos “é função de órgão, é ato que o ato constitutivo ou os próprios estatutos previram e para o qual foram outorgados os poderes à assembleia geral extraordinária” (cf. art. 135 da Lei n. 6.404/76).

A atribuição de vantagens a fundadores, acionistas ou terceiros, como a emissão de partes beneficiárias, é negócio jurídico unilateral, salvo se realizada no ato constitutivo, quando, então, teria pluri- unilateralidade.

Na deliberação de incorporação, fusão, cisão e dissolução (art. 136, IV, IX e X, da Lei n. 6.404/76), ocorre negócio jurídico plurilateral.

A deliberação que autoriza os administradores a conferir foral, (art. 122, IX, da Lei n. 6.404/76), é ato jurídico em sentido estrito, porque seu conteúdo é de declaração de conhecimento.

A proposta de concordata, preventiva ou suspensiva, "é oferta de negócio jurídico bilateral".90

A modificação do objeto social das sociedades é negócio jurídico plurilateral, previsto integralmente reconhecida da sociedade (art. 136, VI, da Lei n. 6.404/76).

Pode a assembleia geral, ainda, deliberar "tomada de posse, ocupação, abandono de posse, pagamento ou outro ato-fato jurídico (...)", mudar o domicílio da sociedade por ações, perder, doar quitação ou outorgar que outro ato jurídico "stricto sensu (...)"

Não obstante o enquadramento dado por Pontes de Miranda nos exemplos acima, todavia, parece que as deliberações de assembleia, por


70. É difícil concordar com esta afirmação de Pontes de Miranda, na medida em que, uma vez presentes as condições legais, a concordata é um direito objec- tivo do contrahente, independente da aceitação dos credores. Nesse sentido, assiste, Comparação lê disse que o legislador brasileiro criou a ação de concordata (cf. Atos jurídicos de Marco-Suprino, p. 99).
13. Classificações das deliberações

Não há um consenso relativamente a essa matéria, dividindo-se os autores no classificar as deliberações. De qualquer forma, traremos para cá algumas classificações, capazes de iluminar determinados aspectos dos atuados atos.

Donati, tendo em vista a função das deliberações assembleares na formação e declaração da vontade social, assim classificou-as: a) deliberações que formam e declaram a vontade da sociedade com eficácia puramente interna; b) deliberações que formam e declaram a vontade da sociedade com eficácia externa; e c) deliberações que formam, mas não declaram, a vontade da sociedade com eficácia externa.

A hipótese a) seria, de longe, a mais comum, na qual a deliberação se dirige ao demais órgãos sociais, normalmente aos administradores; a hipótese b) seria excepcional, tendo como único exemplo a nomeação de não-sócios (diretores e conselheiros físicos) para cargos sociais ou a aprovação de sua respectiva renúncia; e a hipótese c) ocorreria quando conselheiros à assembleia, v.g., a proposta e a aceitação de contratos com terceiros, cabendo aos administradores apenas declarar àquelas a vontade social.

71. Como veremos no item 15 infra.

72. Com a consciência de que, tal como ocorre no direito administrativo, com relação aos funcionários públicos, vigora, no particular, o princípio de legalidade: o administrador não terá o dever – e terá o dever de cumprir deliberações legais da assembleia (v.g., § 1o do art. 201, c.f. o art. 160, do art. 90, da Lei n. 6.084/74).

Donati, aliás, compara as deliberações da assembleia aos provimentos administrativos (cf. Nulidades e Anulabilidade de Deliberação de Assembleia, pp. 34-38).

73. Mas há quem entenda que a circunstância de a deliberação dizer respeito, em regra, à vontade interna da sociedade, não pode excluir a sua enquadrabilidade como negócio jurídico, na medida em que, também nesse âmbito, há lugar para a a constituição, modificação e extinção de relações jurídicas em conformidade com a vontade de de seus associados (cf. Donati, op. cit., c.f. a Constituição da Assembleia).
efeito desejado, "não pagono in esse modo umum voluzione produtiva de custo efeito".78

A classificação feita consistiria esse último critério, para Cardian, seria destinada a substituir aquela, não depende em voga, mas imprensa, segundo ele, entre deliberações com eficácia interna e deliberações com eficácia externa.

A classificação de Cardian, embora aplaudida por Vaselli,79 foi objeto de críticas por parte de Romano-Pavoni, que, entre outras razões, aduziu a inoportunidade de um duplo sistema de classificação, relativamente ao conteúdo e à função, "pois a deliberação é explicativa de uma data função própria por se il suo contenuto".80 Mas teve o grande mérito de colocar em destaque as deliberações normativas, que serão objeto de estudo no item seguinte.

Romano-Pavoni, por sua vez, propôs uma classificação81 conforme as seguintes etapas: (a) função deliberativa em sentido estrito (ainda que, nessa hipótese, que é a usual, necessidade do concurso de outros órgãos para a produção dos respectivos efeitos jurídicos) ou (b) função de gestão, subdivide esta última hipótese segundo (b.1) haja o exercício de todos os poderes por parte da assembleia (que "representar-se", assim, ela mesma, a sociedade), como, por exemplo, no caso de nomeação de não-nêutros para cargos públicos (directoria ou conselho fiscal); (b.2) não haja o exercício de um dos poderes por parte da assembleia (que "repre- sentar-se", assim, ela mesma, a sociedade), como, por exemplo, no caso de proposta ou sociedade de colocação ou decretos por parte da assembleia, em que é necessária, posteriormente, a atuação do administrador para manifestar a vontade social permitindo o terceiro; e (b.3) haja o exercício de um mesmo poder relativo a função de gestão por parte de ambos os órgãos (a que ocorreria nas deliberações de aprovação82), como, por exemplo, quando os administradores hajam cumpriu determinado ato, como um transação, perante a ação de responsabilidade, mas a eficácia de tal ato dependa da aprovação da assembleia (aprovação que funcionaria, assim, como condição suspensiva potestativa).

79. Deliberazioni Nudo e Annullabili delle Società per Azioni, pp. 110-111.

14. As deliberações de criação e de reforma dos estatutos

Pelein importância que adquiriram no tocante ao tema deste trabalho, as deliberações de criação e reforma de estatutos merecem uma referência a parte.

Em matéria de sociedades por ação, como é sabido, a lei distingue, diversos demais que ocorre nos demais tipos societários, "entre o negócio constitutivo e o regulamento interno da vida social; enquanto que o negócio constitutivo é pessoal e mesmo individualizado, este é objetivo e impersonal".83 Por isso mesmo, "os estatutos sociais apresentam-se, assim, como um ato-organu, para reformar-nos expressão dos institucionalistas franceses, sem embargo de sua adoção como conteúdo do negócio jurídico plurilateral de criação da sociedade. Eles representam o papel desempenhado pela constituição política no plano estatal, assimilando as finalidades da instituição, a sua organização e o modo de designação dos respectivos órgãos, o seu funcionamento e os seus poderes. Reconhece-se, pois, nos estatutos sociais, a natureza de direito objetivo, embora de validade sempre dependente da positividade da ordenação estatutária, à qual se subordina".84

83. V. em função do gestão da assembleia, por exemplo, os neos cien- tificamente imprecisos, referindo-se ao exemplo dado no item b.2 da classificação de Romano-Pavoni, com a melhor excludente no item 15 infra.
84. V. a propósito, o enunciado que se tem sobre a possibilidade de fundação de Bulgaridi, já mencionado, "Deliberare non deliberare é deliberar", em Quantiti, ob. cit., pp. 83-93.
86. Comparecer, O Poder... cit., p. 138, destraques nossos.
87. Idem, ob. cit., p. 136-139, destaques nossos. Observa Comparecer, em nota ao pé da página, que esse entendimento é tributário da concepção gradualista da positividade jurídica, "que parece hoje predominar na teoria geral do direito, e que, a corrente institucionalistas, que airmam e Doghi, Teoria e Santi Romano, e a corrente telescopiense" (p. 139, nota 3).
Consequentemente, a questão seja política, de há muito parte significativa, de dois elementos: a autonomia jurídica, de que o ordenamento jurídico atribui aos particulares, os limites da autoridade privada, e a autonomia da vontade, que o negociação jurídica constitui a máxima expressão, o poder de autodeterminar assentos, em tudo semelhantes às normas de direito objetivo.

Tal problema mereceu acurado exame, no tocante às companhias, por parte de Alessandro Bertini, autor de brevi, mas notáveis monografias sobre a natureza das normas societárias e as correspondentes situações jurídicas dos acionistas.

Bertini faz referência, primeiro, à concepção tradicional, qual seja, a de que a norma jurídica seria aquela munida dos requisitos de abstração ou generalidade, promulgada pelo Estado ou pelos entes unidos.

88. Para Comparato, afinal, "a distinção conceitual entre ato jurídico strittamente privato e negocial jurídico se funda, em último término, no maior ou menor índice de aplicação do auto de autonomia da vontade. No negocial jurídico, o ato é um ato que não tem uma manifestação de vontade tendente à realização do ato, cujos efeitos são predeterminados pela lei ne variare; ocorre também a possibilidade de uma interferência da vontade privada na própria produção de efeitos jurídicos" (cf. "Notas sobre parte...", in Encinas e Pareto..., cit., p. 513, último destaque nosso).


Especialmente, sobre autonomia privada, v. item VI, pp. 25-30, onde Santí Romano observa que se "a legge di solito miri e perire delle norme e non a costituire immediatamente rapporti giuridici, é vero, ma talvolta, anzi spesso, ha pure questo scopo. Che viceversa, il senso si propone in ultima analisi di costituire rapporti più o meno concreti e particolari, è assolutamente vero, ma è un altro che, peraltro, è vero il caso che essi, sia pure in vista della costruzione di futuri rapporti, siano porti che della norma, come avviene nei c.d. contratti di mutuo o, negocial, in talune forme di questa" (p. 27). L'obbligo Sanità Romano, a propósito, che, no direito inglês, "society-subject law", costituisce delle "riforme privi che non importi il re, cioè dell'autonomia privi" e Forza di direito, scheggiando che così, non poche delle norme, com'è avviene nei c.d. contratti di mutuo o, negocial, in talune forme di questa" (p. 27).


V, de outro ponto, criticando a ideia de que a autoridade de vontade é fundamento ideológico do negocial jurídico, Jangonce de Azevedo, Negocial Jurídico e Declaração jurídica..., cit., pp. 77-80. De mesmo autor, cf. ainda, a crítica a concepção exposta no texto, in Negocial Jurídico, Estatutos, Valores e Eficácia, pp. 13-18.

90. Considerado o Studio delle Situazioni Giuridiche degli Azionisti.

91. Mas v., quanto a esse ponto, a peculiaridade crítica de Boffa, demonstrando que abstração e generalidade são requisitos de uma (a abstração, de ver-

tos públicos, ou decorrente do costume (enquanto admitido pelo ordenamento privado) Os atos dos particulares, no entanto, têm fonte, única e exclusivamente, de relações e direitos subjetivos.

Invocando a autoridade de Carnelutti, demonstra, e, porém, que não existem diferenças essenciais entre o poder do legislador e a autonomia dos particulares: "O legislador pode, de fato, escolher o poder de potênia dos atos de autoridade. A autoridade privada, com o poder a que o legislador lhe confere, é igual ao que confere o legislador a si mesmo. A autoridade privada, nesse sentido, é igual ao poder de potência do legislador".

92. Segundo Bertini, outróssimo, não há diferença essencial entre os atos dos emendados do legislador e dos particulares: "O poder de potência dos particulares, no campo a que se regem os interesses civis, lhe confere, como poder de potência, um poder que o legislador lhe confere" (cf. "Notas sobre parte...", in Encinas e Pareto..., cit., p. 513, último destaque nosso).

Finalmente, argumenta o monografista que vimos citando, com base nos ensinamentos de Santí Romano, que constituía um erro considerar os atos dos particulares como inadmissíveis de situações jurídicas subjetivas (seja por força própria, seja por autoriza-

ler convencido; e a generalidade, do valor (impessoal), ou seja, atos requisitos ideológico, não encontrando consequência correspondente a esse direito privado, se estiverem, se o direito de normas genéricas e abstratas (o maior da que sejam personages, por exemplo), normas gerais e abstratas (a norma que define a mobilidade militar, e que se dirija a uma classe de cidadãos, provocando-lhe uma ação determinada), normas individuais e abstratas (a norma que atribui a um cidadão determinado corpo, por exemplo, de juiz da Suprema Corte, e que deve prever uma ação determinada, mas não daquelas que funcionam como uma ação de direito) e, por fim, as normas individuais e concretas (a sentença judicial)" (cf. Teoria della Norma..., cit., p. 49, pp. 239-236).

92. Cf., cit., p. 19. Para Carnelutti, porém, "che l'obbligo abbia la stessa sostanza imperativa di una legge formata del parlamento non vuol dire che debba avere la stessa efficacia: né la debba avere un significato che derivi dalla forma legalità del comando, la quale avrebbe sempre un significato puramente formale" (cf. Teoria crit., p. 55, destaque nosso).

93. Cf., cit., p. 23. A propósito, Bojoi distingue a norma jurídica das normas (norma moral, religiosa e social) por ser uma norma "la cui esecuzione è garantita da una costituzione esterna e infraordinaria", ou seja, por conseguinte, em uma norma "la efficacia riflettente" (cf. Teoria della Norma..., cit., p. 43, pp. 197-201). As citações são, respectivamente, das pp. 198 e 200).
do ordenamento, pouco importa aqui), "em quanto logicamente não é ammissível a existência de situações jurídicas sem previamente que não possam, por determinado sello, a qualidade de atos criadores de direito objetivo, devendo-se qualificar de vãs e próprias normas jurídicas"."96

Engana-se acrescentar ainda um plus. Com fundamento em Carnealitú, Bertini distingue as normas jurídicas em normas materiais e normas instrumentais. As primeiras são aquelas que operam diretamente no sentido de comprar o conflito de interesses, na nomenclatura carnealitú, e, portanto, agem sobre a matéria do direito, ao passo que as segundas disciplinam a criação dos instrumentos de produção dos preceitos jurídicos, chamam-se, por isso mesmo, instrumentais."97 Entre estas últimas, avota-se de importância as normas de organização, ou seja, "as normas que estabelecem os órgãos das pessoas jurídicas, nesse caso, a regra que determina a forma de funcionamento dos órgãos, as regras que determinam a forma de função dos órgãos, as regras que determinam a forma de função dos órgãos, e assim por diante, as regras que são sempre normas de organização, de modo que, se há um organismo, há uma norma que regula o funcionamento desse organismo".98

96. Ob. cit. p. 20, destes nossos. Veja-se a Lexicon de Sant Romano, a qual faz referência liberta: "... quando si dice che il seguito fina soltanto rapporti giuridici, o diritti e doveri soggettivi, e così via, si dimentica che rapporti, diritti e doveri non possono sorgere che sulla base di norme e che, quando questi norme non si trovano nelle leggi dello stato, cioè quando questo non fa che attribuire in generale efficacia all'autorità dei privati, esse non possono invenire che nel singolo negozio, il quale orte, prima di essere fonte di diritto soggettivo, è fonte di norma; norme subordinate e quelle singoli è peculiare, e complementari; norma non autonome, ma posa da colmo che si vincola ad esse, come nei contratti, o alcune con l'incertezza di colpo che sono rivolti, come nei testamenti; ma sempre norme e, quindi, leggi, leggi, leggi, private, e pubbliche" (Ferramenta... cit., p. 27, destes nossos).

97. Diz Carnealitú: "... sono materiali le leggi, quando prescrivono agli inte-ressati il contagio da trarre nel conflitto e costi, respettivamente, impunire all'erro il sacrificio e garantire all'altro la prevalenza del suo interesse; si pensi, per esempio, alle leggi penali, che predicono l'incidere o di nuove opere alla legge civile, che attribuisce a ciascuno dei conviventi determinati doveri e determinati poteri, e sono avverse instrumentali quando prescrivono a persone diverse degli interes- santi e o a questi medesimi un contagio da trarre nel conflitto per formare rispetto a un dato conflitto d'interessi o a un determinato ordinale di conflitti un previo o applicare anetane: si pensi, per esempio, alla legge costituzionale, che attribuisce al parla-mento il potere di formare costi leggi, oppure alla legge civile, che attribuisce ai giudici il potere di accettare il rito e di determinare entro certi limiti la pena, oppure alla legge civile, che attribuisce agli interessati il potere di regolare mediante il contratto certi conflitti d'interessi tra loro" (Giovani... cit., p. 46, destes nossos).

dente la struttura di ogni ordinamento e per questo si dicono appunto norme di norme di organizzazione".96

Ora, o campo próprio no qual se manifesta a atitude normativa instrumental dos particulares, para Bertini, consiste, especialmente, no caso de organizações privadas, a compreender, evidentemente, as comparações. "Neste caso, os particulares sãos apontados abilitados da lei para por ao contrato constitutivo, além que normas materiais, das normas instrumentais de organização; que normas que podem sustar, são as que são, outros, de caráter concreto e de caráter estrutural". Daí concluir é, exatamente como na comparecimento: "O contrato constitutivo corresponde perfeito à constituição do ordenamento statutar; é a função de constituição organi-zações públicas produzido o direito do estado; a força de tal constituição or-ganizacional produz o direito da sociedade para as pessoas".97

96. Ob. cit., p. 15, destes nossos. Mais adiante anota ainda liberta que, para atribuir aos requisitos a possibilidade de criar, modificar ou extinguir preceitos, as normas instrumentais são chamadas, com razão, de normas de poder, correspondendo-lhes a situação jurídica do poder jurídico ou da potestade.

Foi, até lá, o conceito como se sabe, que foi estabelecida pelo jurista italiano para desig-nar uma função, ou seja, o poder de agir no interesse de outros, cf. Sant Romano, ob. cit., p. 24, Carnealitú, Teoria... cit., pp. 152-153, e Sant Romano, no verbo "Poder, Potestade", in Ferramentae... cit., pp. 178-180.

Muito a propósito, Romano observa que tal retenção do conceito, no direito privado, em contraponto ao de direito subjetivo — que é do poder de todos o pró- prio interesse —, "não é comummente a reivindicar por razões da forte presença dos órgãos das sociedades anônimas, especialmente para definir a possibilidade de dar figura ao conceito de "poder"", cf. p. 180, destes nossos. E a ver mesmo nos nossos países, além, e de Carnealitú, no artigo "Síntese de poderes nas deliberações das assembleias da sociedade", publicado em 1936.

Sobre a distinção entre poder e direito subjetivo, v. entre outros, Cusoparino, Estudos de Direito e da Regulamentação do Direito Privado, pp. 21-27, e também no O Poder... cit., p. 102. Em geral e como jurista e como sua forma de manifestar propriamente direito subjetivo, como exercício de suas funções, são suas potestades. Estas são, pois, manifestações de simples autonomia, mas de soberania" (des-tas nossos). V. ainda, Bulgaroff, O Contra... cit., p. 129.

A potestade, que é exercida sobre pessoas, que é o poder abstrato, é a soberania, que é a situação jurídica disposta de origem, que, como salienta Sant Romano, o "obriga vinculo a sua soberania, mas que não implica, uma premissa sempre que seja interveniente", enquanto que a soberania é a situação de soberania, em que não há a situação passiva, de suportar ou efetua juridicas de potestade, mesmo contra a sua vontade: "O poder que nos consideramos rega do nosso efeito naturalmente a vontade contraria do nosso passivo e quão é imposto rime que esse abismo no qual devemos" (cf. ob. cit., p. 182, Carnealitú, ob. cit., pp. 169-170, Comparato, Estudos... cit., pp. 24-25).

97. Ob. cit., pp. 23 e 25, destes nossos. A esse respeito é interessante obser-var, ainda que, modernamente, o contrato de sociedade tem sido concebido
A deliberação que cria ou reforma os estatutos da companhia, por tanto, produz normas jurídicas.

E, em nosso direito, tal concepção não é somente uma construção teórica. É o próprio diploma das companhias que estima o estatuto às normas jurídicas: são analisáveis, diz o art. 236 da Lei n. 6.404/76, "as deliberações, tomadas em assembleia geral ou especial, irregularmente convocada ou instalada, violadoras da lei ou do estatuto".89

Bem por isso, já observava Fontes de Miranda, comentando idêntico preceito da lei revogada: "Nada cabe, portanto, discutir-se se há inofensiva ou que não seja a violação da lei. A lei mesma (Decreto-lei n. 2.627, art. 156, 19ª parte) considerou infração da lei a infração das cláusulas estatutárias por parte da assembleia geral ou especial. Assim, fica posta de lado a controvérsia sobre malícia por infração dos estatutos, ou apenas ineficácia. Se a lei mesma, nas cogentes, estabelece o que os estatutos têm de conter e se refere à infração dos estatutos como ofensiva à lei, há plus de sanção".

Estabelecida essa premissa, cabe avançar, desde logo, a conclusão de Conrado, no apologismo extraído que produz a questão. "Não se pode", diz ele, "invalidar a validade dos estatutos sócios de existem como 'contratos-organizadores'. Essa construção, como salienta Caetano Salomão Filho, 'existem na diferença, proposta pela doutrina moderna, entre contratos associativos e contratos de permuta. Segundo ela, não se devem mais distinguir ambas as figuras, como na clássica lição de Ascensão, a partir de existência ou não de uma finalidade comum. Trata-se, então, de afirmar que o núcleo dos contratos associativos está na organização criada, enquanto nos contratos de permuta o ponto fundamental é a atribuição de direitos. Seja, então, enquanto a função dos contratos de permuta é a criação de direitos substantivos entre as partes, a dos contratos associativos é a criação de uma organização".

Mas ainda: "Ademais, a teoria do contrato-organizador, é no valor-organização e não mais na coincidência de interesses de uma pluralidade de partes que se pauta a identificar o elemento diferencial do contrato social. A especificidade da causa da criatura de sociedade, a diferenciação do simbólico dos contratos de escravo, não está no fim comum (de lucro) a ser buscado, mas sim na criação da organização, apta a distribuir individualidade e perpetuá-la ao patrimônio a esse fim destinado. Portanto, perde importância a pluralidade de sócios. Tanto uma pluralidade como um único indivíduo podem ter interesse na criação de uma tal organização" (ob. cit., p. 57/59, destacamos nossos).

90. Tomados..., cit., t. 50, § 5.220, n. 2, p. 264, destacamos nosso.

Altas do art. 236, citado no texto, atende-se, ainda, para os dizeres do art. 83, da Lei n. 6.404/76. "Art. 83. O projeto de estatuto deverá satisfazer a todos os requisitos exigidos para os contratos sociais mercantis em geral e seus preenchimentos nas companhias, e conterá as normas pelos quais se regerá a companhia".

uma companhia da mesma forma por que se aprecia a validade do próprio negócio constitutivo. Predomina aqui o princípio da soberania volitiva das partes, do vínculo de consentimento, da eficácia das prestações obrigacionais. Lei, prepondera o dito objeto das cláusulas, a sua conformidade com o conteúdo de normas superiores, administrativa ou legislativa. Em consequência, acrescenta o ilustre mestre, 'como direito objetivo que é, como sistema normativo, o estatuto está submetido a regra de validade bem diferentes das que disciplinam os atos jurídicos. A invalidade de uma norma estatutária - como a da norma legal, de reto - é sempre absoluta. Não há regras mals e analisáveis, como em matéria de atos jurídicos. E, para arrematar: 'Inserindo-se numa hierarquia normativa, o estatuto funda sua validade na norma superior, que lhe traz os limites materiais e formais. Contrariando a lei, pelo desrespeito desses limites, o estatuto não vale absolutamente e, por conseguinte, é de todo ineficaz'.96

15. As deliberações de assembleia e os terceiros. Os destinatários das deliberações

As deliberações da assembleia geral têm como destinatários, normalmente, os administradores. Através delas - especificamente dos diretores, a quem compete a representação da companhia, nos termos do art. 194, da Lei n. 6.404/76, - a que a sociedade (e não a assembleia) entrará em contato com terceiros.110


100. Outra consequência da concepção normativa dos estatutos é a de que, para sua interpretação, "a mais haver que inverter serão a eles próprios. Nesta orientação, que é corrente no doutrinário germânico (...), escreve Vale Veras, in JEL, 1899, p. 523: "Os estatutos contêm normas objetivas apelidadas a uma generalidade de pessoas, não podendo, portanto, a sua interpretação fazer-se, senão com um exame de circunstâncias que eles próprios revelam, e devendo tendê-la, a determinação de um sentido quanto possível, material, tal como se tratasse de uma lei" (cf. Lobo Xavier, ob. cit., p. 565, destacamos nossos).

101. "As deliberações não são diretamente manifestadas aos terceiros; a deliberação diz respeito à formação da vontade, não a sua declaração; os seus destinatários imediatos são os diretores, em seu, o órgão executivo da sociedade; são eles que, por sua vez, comunicam a declaração aos terceiros" (V. Ascensão, "Vínculos das deliberações assembleia - Direitos individuais dos acionistas - Prescrição", in Problemas cit., p. 395).
Veja-se a distinção feita por Pontes de Miranda: “Se a assembleia geral delibera autorização à Diretoria ou a alguns pessoas, que foi es- colgida para representação da sociedade por ações, se o permita a lei, a concluindo contrato com qualquer pessoa física ou jurídico, com isso não se faz contrato a deliberação da assembleia geral. São inconduzíveis, ai, a deliberação e o negócio jurídico bilateral, que se concluiu lá fora. Aliás, a deliberação tachada pode ser para que a Diretoria faça pro- missas de recompensa, subscreve ou emita títulos ao portador, negócios jurídicos unilaterais, como poderia ser para a conclusão do negócio jurídico plurilateral.”

Sustenta Trinchari, outrora, que somente os administradores podem executar as deliberações perante terceiros, não podendo a as- sembleia atribuir-se a si própria esta função, como, por exemplo, con-

Isto decorre de a assembleia, como vimos, ser um legado interno da compa- nhia (cf. Lobo Xavier, ob. cit., p. 109 e ss., continuação da nota 7). As deliberações, portanto, não se produzem na esfera de terceiros de modo independente, ou seja, sem o consentimento da assembleia. Conforme enfatiza ainda Lobo Xavier, “nenhum ajuizada e o terceiro interpõe-se a ato do outro tipo – um ato executivo, que se destina a dar lugar ao conhecimento do que foi deliberado, tanto quanto os atos, como nas, não toma parte na assembleia. E nem mesmo quando excepcionalmente ai se encontrarem presentes, a estrutura do ato deliberativo permite que eles possam ser considerados distintos institutos (lucro cessante) dos respectivos efeitos... Na verdade, segundo a melhor doutrina, a deliberação consente na emissão dos votos – ou quais obviamente não são dirigidos aos terceiros” (ob. cit., p. 103, continuação da nota 7, destaque nosso). No tocante às deliberações de aumento de capital resultando subscrição de ações, v., ainda, as aprofundadas considerações de Mauro Pontes (Anotam., cit., n. 61, p. 100-105).

Afina-se com esta orientação, também, o disposto no § 1º do art. 135, e no parágrafo único do art. 142, da Lei n. 6.404.


Nesse mesmo sentido, Lobo Xavier: “Que se com isto dizer que, como regra, a representação da pessoa coletiva – ou seja situação pelo que é nessa relação com terceiros, de caráter contra-

E, ainda, Trinchari, ao obter-se que, se a deliberação realizar-se em fun- ção de prestar a terceiro, ela, a deliberação, “nem pode ser melhor acolhida, ou porque o serviço executado por elas, a assembleia, iniciar-se-...” (ob. cit., p. 23).


104. Carvalho parece ter entendimento diverso do de Trinchari e Pontes de Miranda, ao classificar como “ato de eficácia imediata externa aquelas que objetivam manifestar a vontade social nas relações com terceiros, de caráter contra-

cluindo diretamente um contrato com terceiro (ou emitir devedores, pras- ticar os atos necessários à fluidez com outra sociedade, etc.)”.

Essa interpretação encontra respaldo entre nós, na sistemática adota-

tada pela Lei n. 6.404/76, de indelegabilidade das funções dos órgãos da companhia (arts. 139 e 163, § 7º), conforme expusemos no item 7 supra.

Trinchari liga esta proibição a tutela de terceiro. Segundo ele, os terceiros são protegidos contra eventuais manobras fraudulentas das companhias por meio de sanções civis e penais dirigidas aos admini-

istradores (cf., e.g., o art. 158 da nossa Lei n. 6.404/76). Se se permitisse a assembleia atribuir-se aos administradores na gestão da sociedade, diz Trinchari, “da uma parte queserebrolessostritamentesaostronsua respon-
sabilidade, e d'altros, sem comprová-lo, por dizer do art. 14 da fatalidade, aplicar analogia à contrário, é um sanção previ-
se para com administrador?”. O ilustre comercialista italiano acrescenta, ainda: “Não se poderá estipular sanções eficazes a contrário os meios de um administrador...” (destaque nosso). Na sociedade, diz Trinchari, “em presença de um dos administradores em matéria de cometação, caso a um não possa ser conhecido de cartadores, a sua eficácia” (ii administrador, que é administrador, que é administrador). O legislador, por isso, deve harmonizar o que foi atividade de administração na sociedade possa estar imbuído de um “novo dos administradores” de administração em matéria de cometação...” (destaque nosso).

105. Ob. cit., p. 103-105, continuação da nota 7.)
Destinatários naturais das deliberações de assembleia, assim, são os administradores, a quem compre o seu cumprimento.

A deliberação que os nomeia, bem como aquela que nomeia os conselheiros fiscais, fixando-lhes as respectivas remunerações, atribui o poder de exercer os cargos para os quais foram nomeados, bem como o direito de perceber, em decorrência desse exercício, as remunerações e demais vantagens eventualmente estipuladas. A deliberação que aprova o balanço autoriza os administradores a efetuar o pagamento de dividendos, se houver. 196

Conforme já se ressalta, porém, os administradores somente têm o dever de cumprir as deliberações válidas107 da assembleia geral, devendo abstê- -se de executar as que não se revistam de tal qualidade, sob pena de, inclusive, pessoalmente responder por elas (v. g., § 19, do art. 201, c/c o parágrafo único do art. 199, da Lei n. 6.404/76). Mas, uma vez válidas, como salienta Trimarchi, as deliberações são sempre vinculantes, os administradores não somente podem, mas devem cumprí -las, pois é precisamente a eles que incumbem o poder-dever de gerir a sociedade (art. 138 da Lei n. 6.404/76). 198

9. Inconveniente, do próprio ponto de vista dos terceiros" (ob. cit., p. 361, consta
tação da nota 161).
106. Cervalho classifica como atos de eficácia "parâmetros internos" aqueles que dizem respeito à verificação de legalidade dos atos praticados pelos demais órgãos da companhia, como, v. g., a aprovação das demonstrações financeiras e o relatório e contas da administração (art. 1327) (ob. cit., p. 361, n. 161). 107. A doutrina está unânime quanto à ideia de que os administradores não estão obrigados a cumprir as deliberações estranhas de maioria (v. Lobo Xavier, ob. cit., p. 359, nota 150, com ampla noticia bibliográfica). No entanto, conforme deliberações anteriores, tendo esta seus efeitos até sua desconstituição, então os administradores, em princípio, obrigados e executá -las enquanto não forem desconstituídas. Mas sua orientação comporta exceções (v. a loco e especificada análise sobre a questão feita pelo ilustre juiz juntamente ao ob. cit., pp. 353-357).
108. Quando, evidentemente, tiverem o conselho de ordem, pois podem consis-
tir em suas autorizações.